

**Demonstrações Contábeis Individual e  
Consolidada**

**Apaete Participações em Transmissão S.A**

31 de dezembro de 2023  
com Relatório do Auditor Independente

## **Índice**

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas.....	1
Balancos patrimoniais .....	6
Demonstrações do resultado .....	7
Demonstrações do resultado abrangente.....	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto) .....	9
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	10
Notas explicativas às demonstrações contábeis .....	11



São Paulo Corporate Towers  
Av. Presidente Juscelino Kubitschek,  
1909  
Vila Nova Conceição, São Paulo - SP,  
04543-011

Tel: +55 11 2573 3000  
ey.com.br

## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

Aos Administradores e Acionistas da  
**Apaete Participações em Transmissão S.A.**  
São Paulo – SP

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Apaete Participações em Transmissão S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho, individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esse principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia.

### Mensuração do ativo de contrato

Conforme divulgado na nota explicativa 3.5 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Companhia avalia que mesmo após a conclusão da fase de construção da infraestrutura de transmissão, segue existindo um ativo de contrato pela contrapartida da receita de construção, uma vez que é necessária a satisfação da obrigação de performance de operar e manter a infraestrutura de transmissão para que a Companhia passe a ter um direito incondicional de receber caixa como contraprestação da obrigação de performance de construção. Conforme divulgado na nota explicativa 6, em 31 de dezembro de 2023, o saldo do ativo contratual da Companhia era de R\$189.357. mil. O ativo contratual refere-se ao direito da Companhia à contraprestação em decorrência do serviço de construção da infraestrutura das linhas de transmissão, incluindo custo incorridos, margem de construção, indenização pelos ativos não amortizados ao final da concessão e receita financeira pela remuneração dos ativos da concessão.

O reconhecimento do ativo de contrato e da receita de construção da Companhia de acordo com o CPC 47 – Receita de contrato com cliente (IFRS15 – Revenue from contract with customer), conforme divulgado na nota explicativa 2.4, requer o exercício de julgamento significativo, uma vez que a mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfeita ao longo do tempo requer o uso de estimativas e julgamentos significativos pela diretoria para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance, tais como materiais, mão de obra e margens de lucros esperada bem como as projeções das receitas esperadas, o que requer estimativas do tempo de duração da fase de construção. Finalmente, por se tratar de um contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro também requer o uso de julgamento por parte da diretoria. Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido, consideramos a mensuração do ativo de contrato e das respectivas receitas como um assunto significativo para a nossa auditoria.

### *Como nossa auditoria conduziu esse assunto*

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: i) Avaliação da adequação das políticas contábeis adotadas pela Companhia, e entendimento dos controles internos relacionados ao reconhecimento das receitas e custos relacionados à execução do contrato; (ii) análise da determinação de margem nos projetos em construção, relacionado aos novos contratos de concessão, e aos projetos de reforços e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica já existentes, verificando a metodologia e as premissas adotadas pela Companhia, para estimar o custo total de construção, e o valor presente dos fluxos de recebimento futuro, descontado a taxa de juros implícita que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimentos; (iii) com o auxílio de especialistas em modelagem financeira, análise da metodologia e dos cálculos para determinar a referida taxa implícita de desconto; (iv) análise do contrato de concessão e seus aditivos para identificar as obrigações de performance previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis, aplicáveis ao preço do contrato; (v) análise do enquadramento da infraestrutura já construída no conceito de ativo contratual; (vi) análise da alocação da contraprestação prevista nos contratos de concessão a cada uma das obrigações de performance; (vii) análise de eventual risco de penalizações por atrasos na construção ou indisponibilidade; (viii) análise da eventual existência de contrato oneroso; (ix) análise dos impactos oriundos da Revisão Tarifária Periódica (RTP), por meio de inspeção das notas técnicas e consultas públicas emitidas pelo órgão regulador, recálculo do valor presente do fluxo contratual dos ativos da concessão, com base na nova Receita Anual Permitida (RAP) e verificação das glosas de projetos e das bases de remuneração; (x) avaliação dos seguintes aspectos relacionados aos projetos de construção: (a) análise do cumprimento do cronograma físico das obras em andamento, incluindo inspeção física em base amostral, bem como a verificação da existência ou não de itens anormais ao cronograma físico atualizado da obra, com possíveis alterações de projeto, ou mudanças de fornecedores que possam gerar custos não capturados pelos controles internos da Companhia; (b) avaliação das variações entre o orçamento inicial e orçamento atualizado das obras em andamento, e as justificativas apresentadas pela gestão da obra para os desvios; e (c) caso aplicável, verificação de indícios de insuficiência dos custos a incorrer, para conclusão das etapas construtivas do empreendimento; (xi) análises das comunicações com órgãos reguladores relacionadas à atividade de transmissão de energia elétrica e de mercado de valores mobiliários; e (xii) a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia e sua controlada nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a mensuração do ativo de contrato da Companhia, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas adotados pela diretoria na determinação do ativo de contrato e das respectivas receitas de construção, assim como as divulgações nas notas explicativas 2.4, 3.5 e 6 são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

## **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.


Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Do assunto que foi objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria.

Descrevemos esse assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 19 de abril de 2024.

Ernst & Young  
Auditores Independentes S/S Ltda.  
CRC-2SP034519/O



Eduardo Wellichen  
Sócio  
Contador CRC-1SP184050/O

**APAETE Participações em Transmissão S.A.**  
**Balancos patrimoniais**  
**Em 31 de dezembro de 2023 e 2022**  
**(Em milhares de reais)**

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
<b>ATIVO</b>					
<b>CIRCULANTE</b>					
		<b>11.328</b>	<b>7.637</b>	<b>52.855</b>	<b>53.008</b>
Caixa e equivalentes de caixa	5	478	318	539	334
Investimento a curto prazo	5	-	-	17.103	10.289
Contas a receber de clientes	6	-	-	4.274	10.071
Dividendos a receber	12	10.813	7.087	-	-
Imposto de renda e contribuição a recuperar		37	232	74	269
Ativo contratual da concessão	6	-	-	27.729	28.879
Outros ativos		-	-	3.136	3.166
<b>NÃO CIRCULANTE</b>					
		<b>70.736</b>	<b>78.867</b>	<b>162.959</b>	<b>177.460</b>
<u>Realizável a longo prazo</u>		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>162.602</u>	<u>177.074</u>
Contas a receber de clientes	6	-	-	262	24
Depósitos judiciais	10	-	-	671	673
Ativo contratual da concessão	6	-	-	161.628	176.336
Outros ativos		-	-	41	41
Investimentos em controladas	7	70.736	78.867	-	-
Imobilizado		-	-	357	386
<b>TOTAL ATIVO</b>		<b>82.064</b>	<b>86.504</b>	<b>215.814</b>	<b>230.468</b>
<b>PASSIVO</b>					
<b>CIRCULANTE</b>					
		<b>259</b>	<b>4.228</b>	<b>22.337</b>	<b>24.598</b>
Debêntures	8	-	-	16.277	15.561
Fornecedores		-	9	194	191
Obrigações com empregados		-	-	326	500
Imposto de renda e contribuição social a pagar		-	18	366	420
Outros tributos a pagar		-	-	376	324
Encargos regulatórios a pagar		-	-	233	70
Dividendos a pagar	12	258	4.200	1.489	5.283
Contribuições e encargos regulatórios diferidos	9	-	-	1.844	1.054
Adiantamento de clientes		-	-	1.154	1.119
Outros passivos		1	1	78	76
<b>NÃO CIRCULANTE</b>					
		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>100.499</b>	<b>111.607</b>
Debêntures	8	-	-	83.455	95.540
Adiantamento de clientes		-	-	-	2.776
Encargos regulatórios a pagar		-	-	389	-
Imposto de renda e contribuição social diferido	16	-	-	5.820	6.308
Contribuições e encargos regulatórios diferidos	9	-	-	10.724	6.423
Outros passivos		-	-	111	560
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>259</b>	<b>4.228</b>	<b>122.836</b>	<b>136.205</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>					
		<b>81.805</b>	<b>82.276</b>	<b>92.978</b>	<b>94.263</b>
Capital social	11.1	41.098	41.098	41.098	41.098
Reserva de capital	11.2	2.402	2.402	2.402	2.402
Reserva de lucros		38.305	38.776	38.305	38.776
Participação de acionistas não controladores		-	-	11.173	11.987
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>82.064</b>	<b>86.504</b>	<b>215.814</b>	<b>230.468</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

**APAETE Participações em Transmissão S.A.**  
**Demonstrações dos resultados**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022**  
*(Em milhares de reais)*

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>13</b>	-	-	<b>18.188</b>	<b>40.888</b>
Custo dos serviços prestados	14	-	-	(2.476)	(3.242)
Custo de construção	14	-	-	-	(1.681)
<b>LUCRO BRUTO</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>15.712</b>	<b>35.965</b>
<b>(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS</b>					
Administrativas e gerais	14	(135)	(146)	(682)	(841)
Resultado de equivalência patrimonial	7	(461)	15.643	-	-
Outras receitas		-	-	96	-
		<b>(596)</b>	<b>15.497</b>	<b>(586)</b>	<b>(841)</b>
<b>LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO</b>		<b>(596)</b>	<b>15.497</b>	<b>15.126</b>	<b>35.124</b>
Despesas financeiras	15	(1)	87	(16.064)	(16.771)
Receitas financeiras	15	126	133	1.647	1.732
		<b>125</b>	<b>220</b>	<b>(14.417)</b>	<b>(15.039)</b>
<b>LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>		<b>(471)</b>	<b>15.717</b>	<b>709</b>	<b>20.085</b>
Imposto de renda e contribuição social	16	-	(18)	(1.247)	(2.000)
<b>LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO</b>		<b>(471)</b>	<b>15.699</b>	<b>(538)</b>	<b>18.085</b>
Atribuído aos acionistas controladores				(471)	15.699
Atribuído aos acionistas não controladores				(67)	2.386

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

**APAETE Participações em Transmissão S.A.**  
**Demonstrações dos resultados abrangentes**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022**

*(Em milhares de reais)*

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>(471)</b>	<b>15.699</b>	<b>(538)</b>	<b>18.085</b>
<b>RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO</b>	<b>(471)</b>	<b>15.699</b>	<b>(538)</b>	<b>18.085</b>
Atribuído aos acionistas controladores			(471)	15.699
Atribuído aos acionistas não controladores			(67)	2.386

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

**APAETE Participações em Transmissão S.A.**  
**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022**  
*(Em milhares de reais)*

Descrição	Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucros			Total Controladora	Participação de acionistas não controladores	Total Consolidado
			Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros acumulados			
<b>SALDO EM 1º DE JANEIRO DE 2022</b>	<b>41.098</b>	<b>2.402</b>	<b>4.782</b>	<b>26.824</b>	-	<b>75.106</b>	<b>10.680</b>	<b>85.786</b>
Dividendos declarados	-	-	-	(4.800)	-	(4.800)	(484)	(5.284)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	15.699	15.699	2.386	18.085
Destinação para reserva legal	-	-	785	-	(785)	-	-	-
Dividendos obrigatórios	-	-	-	-	(3.729)	(3.729)	(595)	(4.324)
Lucro a disposição da Assembléia	-	-	-	11.185	(11.185)	-	-	-
<b>SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022</b>	<b>41.098</b>	<b>2.402</b>	<b>5.567</b>	<b>33.209</b>	-	<b>82.276</b>	<b>11.987</b>	<b>94.263</b>
Dividendos declarados	-	-	-	-	-	-	(747)	(747)
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(471)	(471)	(67)	(538)
Absorção pela reserva de lucros	-	-	-	(471)	471	-	-	-
<b>SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023</b>	<b>41.098</b>	<b>2.402</b>	<b>5.567</b>	<b>32.738</b>	-	<b>81.805</b>	<b>11.173</b>	<b>92.978</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

**APAETE Participações em Transmissão S.A.**  
**Demonstrações dos fluxos de caixa**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022**  
*(Em milhares de reais)*

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>				
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(471)	15.717	709	20.085
<b>Ajustes no lucro para:</b>				
Depreciação e amortização	34	34	66	91
Resultado de equivalência patrimonial	461	(15.643)	-	-
PIS, COFINS, RGR e TFSEE diferidos	-	-	5.092	140
Encargos sobre dívidas e juros de arrendamento	-	-	15.933	16.734
Receita sobre aplicações financeiras	-	-	(1.407)	(1.586)
Reversão de provisões	-	-	(590)	(291)
Outras receitas financeiras	-	-	-	44
	<b>24</b>	<b>108</b>	<b>19.803</b>	<b>35.217</b>
<b>Variações patrimoniais</b>				
Contas a receber de clientes	-	-	6.149	(2.692)
Ativo contratual da concessão	-	-	15.858	(7.230)
Tributos a compensar	193	(150)	195	(180)
Outros ativos	-	(4)	32	2.325
Fornecedores	(9)	4	3	(32)
Tributos a pagar	(18)	18	161	(1.090)
Obrigações com empregados	-	-	(174)	69
Outros passivos	-	-	(3.156)	3.429
	<b>167</b>	<b>(132)</b>	<b>19.068</b>	<b>(5.401)</b>
Imposto de renda e contribuição sociais, pagos	(2)	(9)	(1.391)	(1.373)
<b>Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais</b>	<b>189</b>	<b>(33)</b>	<b>37.480</b>	<b>28.443</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>				
Dividendos recebidos	3.911	8.470	-	-
Resgates de (aplicações em) aplicações financeiras	-	-	(5.407)	6.582
<b>Caixa proveniente das atividades de investimentos</b>	<b>3.911</b>	<b>8.470</b>	<b>(5.407)</b>	<b>6.582</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamentos</b>				
Dividendos pagos	(3.940)	(13.270)	(4.537)	(14.564)
Pagamento de principal das debêntures	-	-	(10.725)	(10.400)
Pagamento de juros das debêntures	-	-	(16.552)	(14.858)
Pagamento de arrendamento	-	-	(54)	(69)
<b>Caixa aplicado nas atividades de financiamentos</b>	<b>(3.940)</b>	<b>(13.270)</b>	<b>(31.868)</b>	<b>(39.891)</b>
<b>Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>160</b>	<b>(4.833)</b>	<b>205</b>	<b>(4.866)</b>
<b>Demonstração da redução em caixa e equivalentes de caixa</b>				
Saldo no início do exercício	318	5.151	334	5.200
Saldo no final do exercício	478	318	539	334
<b>Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>160</b>	<b>(4.833)</b>	<b>205</b>	<b>(4.866)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

# Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

## 1 Informações gerais

A Apaete Participações em Transmissão S.A. (“Companhia” ou “Apaete”), é uma sociedade de capital fechado que foi constituída em 25 de outubro de 2018 e tem como propósito participar em caráter permanente ou temporário, no capital e nos resultados, da sociedade Amazônia Eletronorte Transmissora de Energia S.A. (“AETE”). A Companhia é diretamente controlada pela Alupar Investimento S.A. (“Alupar”).

A sede da Companhia está localizada na Rua Gomes de Carvalho, nº 1996, 15º andar, cj. 151, sala O -Vila Olímpia, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

A Companhia controla a seguinte companhia transmissora de energia elétrica no Brasil, com participação direta de 86,75% em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

Descrição	Localização / Conexão	Contrato de Concessão ANEEL nº	Prazo da Concessão		Início da Operação	Extensão da Linha	Tensão	RAP/RBNI (Ciclo 2023-2024)	Índice de Reajuste do contrato	Redução de 50% da RAP a partir 16º ano de Operação	Revisão Tarifária prevista
			Início	Fim							
Amazônia - Eletronorte Transmissora de Energia S.A. (AETE)	Rondonópolis (MT) - Cuiabá (MT)	008/2004	18/02/04	18/03/34	24/08/05	188 km	230 Kv	41.128	IGP-M	Sim	Não

## 2 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações contábeis em 19 de abril de 2024.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, e somente elas, são evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

### 2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”).

### 2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo, quando requerido pelas normas contábeis.

### 2.3 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas e estão apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e sua controlada. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações e de sua controlada.

### 2.4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas requer que a Administração da Companhia e sua controlada faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de ativos, passivos, receitas e despesas, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. A liquidação das transações que envolveu estas estimativas pode divergir significativamente dos valores registrados nas demonstrações contábeis.

## 2 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis – Continuação

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos nos próximos exercícios estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Contratos de concessão (notas explicativas nº 6 e nº 13) – avaliação do momento de reconhecimento do ativo da concessão; definição da taxa para precificação do componente de financiamento dos ativos do contrato; principais premissas na alocação da receita a cada obrigação de performance, determinação das margens ponderada pela contraprestação variável (parcela variável);
- Provisão para contingências (nota explicativa nº 10) – reconhecimento e mensuração: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;
- PIS e COFINS diferidos (nota explicativa nº 9) - principais premissas em relação aos valores realizáveis referentes aos contratos de concessão;
- Imposto de renda e contribuição social diferidos (nota explicativa nº 16) – principais premissas em relação aos valores realizáveis referentes aos contratos de concessão.

## 3 Sumário das práticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente para os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

### 3.1 Base de consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas incluem a Companhia e sua controlada. As demonstrações contábeis da controlada são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que deixa de existir. O controle, por sua vez, é obtido quando a Companhia e/ou a sua controlada estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar estes retornos por meio do poder exercido em relação à investida.

As políticas contábeis da controlada consideradas na consolidação estão alinhadas com as políticas contábeis adotadas pela Companhia. Nas demonstrações contábeis individuais (controladora) as informações contábeis da controlada são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. As demonstrações contábeis consolidadas abrangem os saldos e transações da Companhia e sua controlada.

Os principais critérios de consolidação estão descritos a seguir:

- a) Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
  - b) Eliminação de participações no capital, reservas e lucros acumulados da empresa controlada;
  - c) Eliminação dos saldos de receitas e despesas decorrentes de negócios entre as empresas consolidadas; e
  - d) Destaque aos acionistas não controladores nos balanços patrimoniais e nas demonstrações dos resultados.
- **Combinação de negócios**  
Nas demonstrações contábeis consolidadas as combinações de negócios são registradas pelo método da aquisição. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo dos ativos e passivos assumidos na data de aquisição para os antigos controladores da adquirida e das participações adquiridas pela Companhia e controlada na troca do controle da adquirida. Os custos relacionados à aquisição são reconhecidos como despesa, quando incorridos.

### 3 Sumário das práticas contábeis – Continuação

As participações dos acionistas não controladores, que correspondam a participações atuais e conferem aos seus titulares o direito a uma parcela proporcional dos ativos líquidos da Companhia e de sua controlada no caso de liquidação, são mensuradas com base no valor justo das participações não controladoras nos valores reconhecidos dos ativos líquidos identificáveis da adquirida.

- **Investimentos**

O investimento da Companhia é avaliado com base no método de equivalência patrimonial.

#### 3.2. Instrumentos financeiros

- **Reconhecimento e mensuração inicial**

O contas a receber de clientes é reconhecido inicialmente na data em que foi originado. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia e sua controlada se tornaram parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo (VJR), acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

- **Classificação e mensuração subsequente**

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA (valor justo através de outros resultados abrangentes).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e sua controlada mudem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia e sua controlada podem designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

**Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio:**

A Companhia e sua controlada realizam uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido.

### 3 Sumário das práticas contábeis – Continuação

As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Companhia e sua controlada têm como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; e
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia e sua controlada.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao VJR.

#### **Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:**

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia e sua controlada consideram os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição.

#### **Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:**

- Ativos financeiros a VJR: esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
- Ativos financeiros a custo amortizado: esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

#### **Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas**

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

### 3 Sumário das práticas contábeis – Continuação

- **Desreconhecimento**

**Ativos financeiros**

A Companhia e sua controlada desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e sua controlada transferem os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia e sua controlada nem transferem nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

**Passivos financeiros**

A Companhia e sua controlada desreconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia e sua controlada também desreconhecem um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

- **Compensação**

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e sua controlada tenham atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

#### 3.3. Redução ao valor recuperável

- **Ativos financeiros não-derivativos**

**Instrumentos financeiros**

A Companhia e sua controlada reconhecem provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

A Companhia e sua controlada mensuram as provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para aplicações financeiras com baixo risco de crédito na data do balanço, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia e sua controlada consideram informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia e sua controlada, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia e sua controlada consideram ainda um ativo financeiro como perda quando é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia e sua controlada, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma).

### 3 Sumário das práticas contábeis – Continuação

#### ***Mensuração das perdas de crédito esperadas***

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia e sua controlada de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia e sua controlada esperam receber). As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

#### ***Ativos financeiros com problemas de recuperação***

Em cada data de balanço, a Companhia e sua controlada avaliam se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

#### ***Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial***

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

#### ***Baixa***

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia e sua controlada não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia e sua controlada para a recuperação dos valores devidos.

#### • **Ativos não financeiros**

A Companhia e sua controlada revisam periodicamente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não foram identificados tais eventos ou circunstâncias nas atividades da Companhia e sua controlada. Uma perda é reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo ou grupo de ativos de longa duração. O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior valor entre (a) o valor de venda estimado dos ativos menos os custos estimados para venda e (b) o valor em uso. Com o objetivo de avaliar o valor recuperável dos ativos através do valor em uso, utiliza-se o menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (unidades geradoras de caixa - UGC).

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

#### **3.4. Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, sendo apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado.

### 3 Sumário das práticas contábeis – Continuação

#### 3.5. Contratos de concessão

De acordo com o contrato de concessão, uma transmissora de energia é responsável por manter a infraestrutura disponível do sistema de transmissão para transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a transmissora possui duas obrigações de desempenho distinta: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão.

Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, as transmissoras de energia mantem sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebem uma remuneração denominada Receita Anual Permitida (RAP), durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Investimentos não amortizados geram direito a indenização pelo Poder Concedente (quando previsto no contrato de concessão), que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão, mediante pagamento da indenização.

A controlada da Companhia que possui concessão de transmissão de energia elétrica registra e mensura a receita dos serviços que prestam de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes e CPC 48 - Instrumentos Financeiros. Caso a concessionária realize mais de um serviço regido por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados, caso os valores sejam identificáveis separadamente.

##### (a) Ativo financeiro da concessão

A atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão tem início após o término da fase de construção e entrada em operação da mesma. O reconhecimento das contas a receber e da respectiva receita se originam somente depois que a obrigação de desempenho é concluída mensalmente, de forma que estes valores a receber, são considerados ativo financeiro a custo amortizado.

##### (b) Ativo contratual da concessão

O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a controlada da Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho torna-se um ativo financeiro, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

O valor do ativo contratual é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que a controlada da Companhia recebe pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram direito a indenização pelo Poder Concedente ao final do contrato de concessão. Este fluxo de recebimentos é: (i) remunerado pela taxa implícita que representa o componente financeiro do negócio, estabelecida no início de cada projeto, que é de 11% a.a.; e (ii) atualizado pelo IGP-M. Adicionalmente, não há alteração da taxa implícita definida no início de cada projeto, qualquer alteração ocorrida no fluxo de recebimentos é reconhecida imediatamente no resultado.

### 3 Sumário das práticas contábeis – Continuação

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra (construção), tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras relacionadas à formação deste ativo através dos gastos incorridos. As receitas pela implementação da infraestrutura e a receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento de Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS cumulativos que estão registrados na rubrica de “PIS e COFINS diferidos”, no passivo circulante e não circulante.

#### 3.6. Provisões

As provisões são reconhecidas em virtude de um evento passado, quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for mais provável do que não provável a exigência de um recurso econômico para liquidar essa obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

#### 3.7. Reconhecimento da receita

As receitas são reconhecidas quando ou conforme a Companhia e sua controlada satisfazem as obrigações de performance assumidas nos contratos com os clientes, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a Companhia e sua controlada receberão a contraprestação à qual terão direito. As receitas são classificadas conforme a seguir:

- **Receita de infraestrutura**

Refere-se a receita relativa a obrigação de desempenho relacionada aos serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. Durante a fase de implantação, a receita de infraestrutura é reconhecida na proporção dos gastos incorridos, acrescida da margem, pelo valor justo, corrigida pelo índice inflacionário, acrescida do diferimento de Programa de Integração Social – PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS. A margem de construção é determinada em função das características e complexidade dos projetos, bem como da situação macroeconômica nos quais eles são estabelecidos, e consideram a ponderação dos fluxos estimados de recebimentos de caixa em relação aos fluxos estimados de custos esperados para os investimentos de implementação da infraestrutura. A margem de construção é revisada anualmente, na entrada em operação do projeto e/ou quando ocorrer indícios de variações relevantes na evolução da obra.

- **Remuneração financeira dos ativos da concessão**

Refere-se ao componente de financiamento existente na receita de infraestrutura, sendo reconhecida pelo método linear com base na taxa implícita aplicada sobre o valor dos investimentos da infraestrutura de transmissão de cada contrato – projeto básico, reforço ou melhoria. A taxa implícita reflete o componente financeiro determinado no início de cada contrato de concessão e mantida até o final. A taxa implícita incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa de cada projeto e representa a melhor estimativa da Companhia para a remuneração financeira dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita que a Companhia tem direito a receber, o valor contábil do ativo contratual é ajustado para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa imediatamente no resultado. As taxas implícitas utilizadas pela controlada da Companhia é de 11% ao ano.

### 3 Sumário das práticas contábeis – Continuação

- **Receita de operação e manutenção**

As receitas de operação e manutenção tem início após a conclusão da fase de construção e referem-se aos serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que. A receita é reconhecida conforme a concessionária mantém a infraestrutura de transmissão disponível, aplicando-se a margem sobre o custo incorrido para operar e manter, definida no projeto inicial em função do CAPEX. A margem de operação e manutenção é determinada em função da observação de receita individual aplicados em circunstâncias similares observáveis, nos casos em que a Companhia e sua controlada têm direito exclusivamente, ou seja, de forma separada, à remuneração pela atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão. Estão sujeitas a correção monetária pela variação do IGP-M e também são acrescidas do diferimento das contribuições sociais e encargos regulatórios.

- **Parcela Variável (PV), adicional à RAP e Parcela de Ajuste (PA)**

A Parcela variável é a penalidade pecuniária aplicada pelo Poder Concedente em função de eventuais indisponibilidades ou restrições operativas das instalações de transmissão de energia elétrica. A parcela variável por indisponibilidade (PVI) é estimada com base na série histórica de ocorrências, sendo que a média histórica não tem representatividade material. Em função da dificuldade de previsão antes da entrada em operação de cada projeto, a parcela variável por entrada em operação (PVA) e a parcela variável por restrição operativa (PVRO) são consideradas, quando aplicável, nos fluxos de recebimento quando a Companhia avalia que a sua ocorrência é provável.

O adicional à RAP corresponde ao prêmio pecuniário concedido às transmissoras como incentivo à melhoria da disponibilidade das instalações de transmissão. Está reconhecida como receita de operação e manutenção no período em que ocorrem.

A Parcela de Ajuste – PA é a parcela de receita decorrente da aplicação de mecanismo previsto em contrato, utilizado nos reajustes anuais periódicos, que é adicionada ou subtraída à RAP, de modo a compensar excesso ou déficit de arrecadação no período anterior ao reajuste.

- **Receita de juros**

A receita de juros decorrentes de equivalentes de caixa são calculadas com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento de Programa de Integração Social – PIS, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS registrados no passivo circulante e não circulante.

#### 3.8. Tributação

##### 3.8.1. Tributos sobre a receita

As receitas da Companhia e sua controlada estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) – 0,65% (Não cumulativo) e 1,65% (cumulativo); e
- Contribuição para financiamento da Seguridade Social (COFINS) – 3,00% (não cumulativo) e 7,60% (cumulativo).

##### 3.8.2. Encargos regulatórios

Os Encargos regulatórios de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Ministério de Minas e Energias (MME), são programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as concessionárias transmissoras e geradoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar 1% de sua receita operacional líquida para esses programas. A Reserva Global de Reversão (RGR) é um encargo do setor elétrico pago mensalmente pelas concessionárias de energia elétrica, com finalidade de prover recursos para a reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica, sendo que seu valor anual equivale a 2,6% da RAP.

### 3 Sumário das práticas contábeis – Continuação

E os valores da Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE), são incidentes sobre a transmissão de energia elétrica e são equivalentes a 0,4% da RAP.

Estes saldos estão refletidos no consolidado no passivo circulante e não circulante na rubrica “Encargos regulatórios”, respectivamente, o valor destinado a esses programas, conforme período previsto para a realização dos investimentos.

#### 3.8.3. Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas conforme legislação vigente, reconhecidas na demonstração do resultado e incluem os correntes e diferidos. O tributo corrente é o tributo a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício.

O lucro ou prejuízo tributável difere do lucro (ou prejuízo) antes dos impostos reportado na demonstração do resultado, devido a legislação tributária exigir que certas transações devem ser excluídas ou adicionadas ao lucro contábil. Apurado o lucro tributável, aplicam-se as alíquotas vigentes de 15%, acrescida do adicional de 10% quando o lucro tributável ultrapassar R\$240, para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. E ainda, quando aplicável, consideram a compensação de prejuízos fiscais, limitada a 30% do lucro tributável.

A controlada da Companhia optou pelo regime de tributação com base no lucro presumido, conforme permitido pela legislação tributária, que consiste em um método para se obter o lucro tributável. O lucro tributável por esse método é obtido aplicando o percentual de presunção de 8%, para o imposto de renda, e de 12%, para a contribuição social, sobre a receita bruta acrescida de 100% das receitas financeiras.

O imposto de renda e a contribuição social diferida são reconhecidas com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação e para prejuízos fiscais.

#### 3.9. Dividendos

O Estatuto social da Companhia e sua controlada estabelecem que, no mínimo, 25% do saldo do lucro anual, após as destinações descritas anteriormente, seja distribuído a título de dividendos. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários. Os dividendos adicionais serão distribuídos de acordo com a geração de caixa excedente da Companhia. Atualmente no Brasil os dividendos não é tributado pelo imposto de renda.

#### 3.10. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis, são ajustados pelo seu valor presente.

### 4. Pronunciamentos técnicos novos e/ou revisado pelo CPC

#### 4.1. Pronunciamentos novos ou revisados e aplicados pela primeira vez em 2023

A Companhia e sua controlada adotaram a partir de 1º janeiro de 2023 a norma abaixo, contudo, não há efeito material nas demonstrações contábeis:

- Definição de estimativas contábeis (alterações no CPC 23);
- Divulgação de políticas contábeis (alterações ao CPC 26); e
- Impostos diferidos ativos e passivos originados de transação única (alterações ao CPC 32).

## 4 Pronunciamentos técnicos novos e/ou revisado pelo CPC – Continuação

### 4.2. Novas normas e interpretações ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas, mas ainda não obrigatórias até a data de emissão dessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, estão descritas a seguir:

- Classificação de passivos como circulante ou não circulante (alterações ao CPC 26);
- Alterações ao CPC 06 Passivo de Locação em um Sale and Leaseback; e
- Divulgações sobre acordos de financiamento de fornecedores - Alterações ao CPC 03 e CPC 40.

A Companhia e sua controlada estarão avaliando os impactos da adoção desses novos pronunciamentos e não espera efeitos materiais em suas demonstrações contábeis, quando esses estiverem em vigor.

## 5. Caixa e equivalentes de caixa e Investimento de curto prazo

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
<b><u>Caixa e equivalentes de caixa</u></b>				
Numerário disponível	2	2	5	4
Certificados de depósitos bancários	476	316	476	316
Aplicações automáticas	-	-	58	14
	<b><u>478</u></b>	<b><u>318</u></b>	<b><u>539</u></b>	<b><u>334</u></b>
<b><u>Investimento de curto prazo</u></b>				
Fundo de investimento	-	-	17.103	10.289
	<b><u>-</u></b>	<b><u>-</u></b>	<b><u>17.103</u></b>	<b><u>10.289</u></b>

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo referem-se certificados de depósitos bancários remunerados em média a 99,5% do CDI em 2023 e 2022, com liquidez imediata, onde a remuneração efetiva dependerá do prazo total pelo qual os recursos permanecem aplicados, considerando que a administração registra essas aplicações pelo percentual de rendimento auferido, portanto sem risco de variação significativa do valor em caso de resgate antecipado, e são considerados instrumentos financeiros mensurados ao valor justo em contrapartida do resultado.

O Fundo de investimentos, STA Energia, tem característica de renda fixa e possui remuneração pela variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, em média, a 101,12% do CDI em 31 de dezembro de 2023 (101,13% do CDI em 31 de dezembro de 2022).

## 6. Contas a receber de clientes e Ativo contratual da concessão

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Encargos do uso do sistema de transmissão faturado	4.536	10.094
	<b><u>4.536</u></b>	<b><u>10.094</u></b>
Circulante	4.274	10.071
Não circulante	262	24

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, nenhuma provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída, em decorrência da não apresentação de histórico de perdas e/ou expectativas de perdas nas contas a receber, da avaliação e monitoramento do risco de crédito e tendo em vista que os recebíveis são garantidos por meio do Operador Nacional do Sistema (ONS).

## 6. Contas a receber de clientes e Ativo contratual da concessão – Continuação

Movimentação do ativo contratual da concessão:	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
<b>Saldo inicial</b>	<b>205.215</b>	<b>197.985</b>
Receita de operação e manutenção (Nota 13)	12.627	11.442
Remuneração financeira do ativo de contrato (Nota 13)	14.388	33.298
Parcela variável (Nota 13)	(532)	(665)
Realização do ativo contratual – (Recebimento)	(42.341)	(36.845)
<b>Saldo final</b>	<b>189.357</b>	<b>205.215</b>
Circulante	27.729	28.879
Não circulante	161.628	176.336

O Ativo contratual da concessão inclui os valores a receber decorrentes da implantação de infraestrutura, da receita de remuneração dos ativos de concessão e da operação e manutenção, bem como o valor do ativo indenizável, referente ao montante que o concessionário terá direito quando do término do contrato de concessão. A Companhia considera que o valor da indenização a que terá direito deve corresponder ao valor de reposição ajustado pela depreciação acumulada de cada item, ao final da concessão.

As contabilizações de adições subsequentes ao ativo contratual somente ocorrerão quando da implantação da infraestrutura relacionada com ampliação/melhoria/reforço da infraestrutura que represente potencial de geração de receita adicional.

## 7. Investimentos em controlada

A movimentação do investimento é conforme segue:

Controlada	Saldo em 31/12/2022	Dividendos	Amortização do intangível	Equivalência Patrimonial	Saldo em 31/12/2023
AETE	78.867	(7.636)	(34)	(461)	70.736

Controlada	Saldo em 31/12/2021	Dividendos	Amortização do intangível	Equivalência Patrimonial	Saldo em 31/12/2022
AETE	70.345	(7.087)	(34)	15.643	78.867

As informações do investimento estão apresentadas a seguir:

31/12/2023									
Controlada	Capital social - quantidade de ações ou quotas total	Quantidade de ações ordinárias detidas pela Companhia	Patrimônio líquido	Participação da Companhia		Dados das investidas			
				no capital social	no patrimônio líquido	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Resultado
AETE	43.468.800	37.709.183	81.560	86,75%	70.753	223.555	141.995	81.560	(531)

31/12/2022									
Controlada	Capital social - quantidade de ações ou quotas total	Quantidade de ações ordinárias detidas pela Companhia	Patrimônio líquido	Participação da Companhia		Dados das investidas			
				no capital social	no patrimônio líquido	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Resultado
AETE	43.468.800	37.709.183	90.473	86,75%	78.485	229.536	139.063	90.473	18.032

## 8. Debêntures

Financiadores	Empresa	Consolidado				
		31/12/2023				31/12/2022
		Encargos	Custo a amortizar	Principal	Total	Total
1ª Emissão	AETE	4.191	(594)	96.135	99.732	111.101
Circulante		4.191	(264)	12.350	16.277	15.561
Não circulante		-	(330)	83.785	83.455	95.540

A AETE em 10 de setembro de 2020 realizou a 1ª emissão de 130.000 debêntures, totalizando R\$130.000, simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografia nos termos do artigo 58 caput, da Lei 6404/76, com garantia fidejussória adicional. O liquidante é o Banco Itaú Unibanco S/A sendo distribuição líquida financeiramente pela B3. A amortização dos juros e do principal se dará semestralmente sendo a primeira em 10 de março de 2021 e a última na data de vencimento em 10 de setembro de 2026. As debêntures serão indexadas pela DI e remuneradas pela taxa de 2,70% a.a. A dívida prevê na cláusula 7.1.3 (xiii) que a partir de 10 de março de 2021 até 10 de março de 2026, a AETE deverá manter o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) em no mínimo 1,10, cujo cálculo é o seguinte:  $ICSD = \text{Fluxo de Caixa Operacional} / \text{Serviço da Dívida}$ .

a) Movimentação das debêntures:

Credores	Saldo inicial	Provisão de encargos (nota 15)	Amortização do principal	Amortização do encargos	Saldo final
	31/12/2022				31/12/2023
1ª Emissão	111.101	15.908	(10.725)	(16.552)	99.732

Credores	Saldo inicial	Provisão de encargos (nota 15)	Amortização do principal	Amortização do encargos	Saldo final
	31/12/2021				31/12/2022
1ª Emissão	119.650	16.709	(10.400)	(14.858)	111.101

b) Saldo a amortizar das debêntures

	2024	2025	2026	Total
1ª Emissão	16.541	14.300	69.485	100.326
(-) Custo de captação	(264)	(264)	(66)	(594)
	<b>16.277</b>	<b>14.036</b>	<b>69.419</b>	<b>99.732</b>

## 9. Contribuições e encargos regulatórios diferidos

O diferimento das contribuições sociais e encargos regulatórios é relativo à diferença temporária das receitas de infraestrutura e remuneração do ativo de concessão apurada sobre o ativo contratual registrado conforme competência contábil.

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
PIS diferido	1.228	1.332
COFINS diferido	5.670	6.145
RGR diferido	4.914	-
TFSEE diferido	756	-
	<b>12.568</b>	<b>7.477</b>
Circulante	1.844	1.054
Não circulante	10.724	6.423

## 10. Contingências e Depósitos judiciais

### a) Passivos contingentes:

Em relação aos passivos contingentes, a controlada da Companhia possui dois processos de natureza trabalhista e um de natureza tributária, avaliados com probabilidade de perda possível, estimado no valor total de R\$94.

### b) Depósitos judiciais:

A controlada da Companhia possui depósitos judiciais nos montantes de R\$671 em 31 de dezembro de 2023 (R\$673 em 31 de dezembro de 2022), que se referem a: (i) processos fundiários no valor R\$640 em 31 de dezembro de 2023 (R\$640 em 31 de dezembro de 2022); e (ii) processos trabalhistas no valor de R\$31 (R\$32 em 31 de dezembro de 2022).

## 11. Patrimônio líquido

### 11.1. Capital social

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$41.098.

A composição acionária da Companhia é a seguinte:

	31/12/2023 e 31/12/2022					
	Ordinárias		Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
<b>Acionistas</b>						
Alupar Investimento S.A.	37.917.914	51,00	17.033.814	22,91	54.951.728	36,96
CSHG Perfin Apollo 16 Fundo de Investimentos	36.430.937	49,00	57.315.036	77,09	93.745.973	63,04
<b>Total</b>	<b>74.348.851</b>	<b>100,00</b>	<b>74.348.850</b>	<b>100,00</b>	<b>148.697.701</b>	<b>100,00</b>

## 11. Patrimônio líquido – Continuação

### 11.2. Reservas

- **Reserva de capital:**

A reserva de capital é decorrente de ganho em transação de capital com sócios não controladores da AETE no valor de R\$2.402.

- **Reserva legal:**

De acordo com a legislação societária brasileira, a Companhia deve transferir 5% do lucro líquido anual apurado nos seus livros societários preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para a reserva legal até que essa reserva seja equivalente a 20% do capital integralizado. A reserva legal pode ser utilizada para aumentar o capital ou para absorver prejuízos, mas não pode ser usada para fins de distribuição de dividendos.

- **Reserva de lucros:**

Os lucros remanescentes são mantidos na conta de reserva de lucros à disposição da Assembleia, para sua destinação.

### 11.3. Destinação do resultado

A destinação do lucro do exercício é como segue:

Destinação do resultado	31/12/2023	31/12/2022
<b>(Prejuízo) Lucro líquido do exercício</b>	<b>(471)</b>	<b>15.699</b>
Constituição de reserva legal (5%)	-	(785)
<b>Subtotal</b>	<b>(471)</b>	<b>14.914</b>
Dividendos obrigatórios (25%)	-	(3.729)
Absorção de prejuízos	471	-
<b>Lucro remanescente à disposição da Assembléia</b>	<b>-</b>	<b>11.185</b>

## 12. Partes relacionadas

### Transações com partes relacionadas

Conforme definições contidas no Pronunciamento CPC 5 (R1), identifica-se como partes relacionadas os acionistas, empresas ligadas ao grupo controlador, os administradores e demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares.

Transação / Parte relacionada	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
<b><u>Dividendos a receber</u></b>				
Dividendos a receber - AETE	10.813	7.087	-	-
<b><u>Dividendos a pagar</u></b>				
Dividendos a pagar - Alupar	258	1.552	258	1.552
Dividendos a pagar - Apollo 16	-	2.648	-	2.648
Dividendos a pagar - Minoritários	-	-	1.231	1.083

### Remuneração da alta administração

A remuneração dos membros do Conselho de Administração e Diretoria da controlada foram de R\$102 (2022: R\$269), composto por salários, benefícios e encargos sociais.

### 13. Receita operacional líquida

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
<b><u>Receita operacional bruta</u></b>		
Receita de operação e manutenção	12.627	11.442
Remuneração financeira do ativo de concessão	14.388	33.298
Parcela variável	(532)	(665)
	<b>26.483</b>	<b>44.075</b>
<b><u>Deduções da receita</u></b>		
PIS	(172)	(286)
COFINS	(794)	(1.323)
RGR	(6.014)	(1.045)
P&D	(156)	(149)
FNDCT	(156)	(149)
MME	(78)	(74)
TFSEE	(925)	(161)
	<b>(8.295)</b>	<b>(3.187)</b>
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>18.188</b>	<b>40.888</b>

### 14. Custos e Despesas por natureza

	Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022
	<b>Despesas administrativas e gerais</b>	
Material	(2)	(2)
Serviços de terceiros	(82)	(82)
Depreciação e amortização	(34)	(34)
Aluguéis	(15)	(19)
Seguros	-	(1)
Tributos e taxas	(3)	(7)
Outras	-	(1)
<b>Total</b>	<b>(136)</b>	<b>(146)</b>

## 14. Custos e Despesas por natureza – Continuação

	Consolidado				
	31/12/2023		31/12/2022		
	Custo	Despesas	Custo		Despesas
	dos serviços prestados	Administrativas e gerais	dos serviços prestados	de construção	Administrativas e gerais
Pessoal	(1.603)	(35)	(1.962)	-	(11)
Honorários da Administração	-	(102)	-	-	(269)
Material	(142)	(16)	(437)	-	(89)
Serviços de terceiros	126	(438)	(76)	-	(372)
Depreciação e amortização	(32)	(34)	(57)	-	(34)
Provisão para contingências	-	-	67	-	-
Aluguéis	(705)	(10)	(554)	-	2
Seguros	(53)	(19)	(103)	-	(37)
Doações e contribuições	-	(14)	(3)	-	(12)
Tributos e taxas	(21)	(12)	(78)	-	(16)
Outras	(46)	(2)	(39)	-	(3)
Depósito judicial - Servidão	-	-	-	(1.681)	-
<b>Total</b>	<b>(2.476)</b>	<b>(682)</b>	<b>(3.242)</b>	<b>(1.681)</b>	<b>(841)</b>

## 15. Despesas e receitas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
<b><u>Despesas financeiras</u></b>				
Encargos sobre debêntures (nota 8)	-	-	(15.908)	(16.709)
Encargos sobre arrendamentos	-	-	(15)	(25)
Atualização monetária	-	-	(59)	(45)
Outros despesas financeiras	(1)	87	(82)	8
	<b>(1)</b>	<b>87</b>	<b>(16.064)</b>	<b>(16.771)</b>
<b><u>Receitas financeiras</u></b>				
Receita com aplicações financeiras, líquido de impostos	102	109	1.510	1.699
Outros receitas financeiras	24	24	137	33
	<b>126</b>	<b>133</b>	<b>1.647</b>	<b>1.732</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>125</b>	<b>220</b>	<b>(14.417)</b>	<b>(15.039)</b>

## 16. Imposto de renda e contribuição social

A controlada da Companhia possui imposto de renda e contribuição social diferidos no valor de R\$5.820 em 31 de dezembro de 2023 (R\$6.308 em 31 de dezembro de 2022) cuja a origem da constituição é o Ativo contratual da concessão. A controlada da Companhia adota o regime de tributação pelo Lucro Presumido.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
<b>a) Composição dos tributos no resultado:</b>				
Correntes	-	(18)	(1.736)	(1.880)
Diferidos	-	-	489	(120)
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>(18)</b>	<b>(1.247)</b>	<b>(2.000)</b>
<b>b) Conciliação da alíquota efetiva</b>				
<b>Lucros antes dos tributos sobre o lucro</b>	(471)	15.717	709	20.085
Aplicação da alíquota combinada vigente de 34%	160	(5.344)	(241)	(6.829)
Resultado de equivalência patrimonial	(157)	5.319	-	-
Efeito da alíquota de lucro presumido	-	-	(1.013)	4.822
Outros	(3)	7	7	7
<b>(Encargo) Prejuízo fiscal</b>	<b>-</b>	<b>(18)</b>	<b>(1.247)</b>	<b>(2.000)</b>
<b>Aliquota efetiva</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,12%</b>	<b>175,88%</b>	<b>9,96%</b>
<b>c) Créditos fiscais não reconhecidos</b>				
Prejuízo fiscal (IRPJ)	2.186	2.186	2.186	2.186
Base negativa (CSLL)	2.186	2.186	2.186	2.186

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia acumula prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, que gerariam potenciais créditos tributários. Tais créditos não foram reconhecidos, tendo em vista que as operações da Companhia não apresentarão base tributável de resultados que garanta a realização desses créditos.

## 17. Instrumentos financeiros

### a. Considerações gerais

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado.

### b. Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

	Controladora				Classificação	Nível
	31/12/2023		31/12/2022			
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo		
<b>Ativo financeiros</b>						
Caixa	2	2	2	2	Custo amortizado	-
Equivalentes de caixa	476	476	316	316	Valor justo pelo resultado	2
	<b>478</b>	<b>478</b>	<b>318</b>	<b>318</b>		
<b>Passivos financeiros</b>						
Fornecedores	-	-	9	9	Custo amortizado	-
	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>9</b>	<b>9</b>		

## 17. Instrumentos financeiros – Continuação

	Consolidado				Classificação	Nível
	31/12/2023		31/12/2022			
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo		
<b>Ativo financeiros</b>						
Caixa	5	5	4	4	Custo amortizado	-
Equivalentes de caixa	476	476	316	316	Valor justo pelo resultado	2
Investimento curto prazo	17.103	17.103	10.289	10.289	Valor justo pelo resultado	2
Contas a receber	4.536	4.536	10.095	10.095	Custo amortizado	-
Depósitos judiciais	671	671	673	673	Custo amortizado	-
	<b>22.791</b>	<b>22.791</b>	<b>21.377</b>	<b>21.377</b>		
<b>Passivos financeiros</b>						
Debêntures	99.732	99.732	111.101	111.101	Custo amortizado	-
Fornecedores	194	194	191	191	Custo amortizado	-
	<b>99.926</b>	<b>99.926</b>	<b>111.292</b>	<b>111.292</b>		

Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

### c. Gerenciamento de riscos

#### i. Risco de liquidez

A Companhia e sua controlada adotam como política de gerenciamento de risco manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros e minimizar riscos de liquidez.

#### ii. Risco de crédito

Possibilidade da Companhia e sua controlada incorrerem em perdas resultantes da dificuldade de recebimento dos valores faturados à seus clientes. Na controlada os contratos são mantidos com a ONS, concessionárias e outros agentes, regulando a prestação de seus serviços vinculados a usuários da rede básica, com cláusula de garantia bancária.

#### iii. Risco de mercado

Existe risco de preço no contrato de concessão da controlada que é reajustado pelo IGP-M e risco de taxa de juros nas Debêntures que são indexadas pelo CDI e as aplicações financeiras remuneradas pelo CDI.

#### Análise de sensibilidade risco de taxa de juros

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador das debêntures e das aplicações financeiras ao qual a Companhia e sua controlada estava exposta na data base de 31 de dezembro de 2023, foram definidos 05 cenários diferentes. Como cenário provável, o adotado pela Companhia, foi o CDI, a taxa utilizada foi a última divulgada pelo Conselho Monetário Nacional; a partir deste parâmetro foram calculados os cenários I e II com 25% e 50% de queda de risco e os cenários III e IV com 25% e 50% de elevação de risco respectivamente.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta e a receita financeira bruta não levando em consideração incidência de impostos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para um ano. A data base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2023, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

## 17. Instrumentos financeiros – Continuação

				Projeção Despesas Financeiras - Um Ano			
Taxa de Juros a.a.	Posição em 31/12/2023	Cenário Provável	Risco de redução		Risco de aumento		
			Cenário I	Cenário II	Cenário III	Cenário IV	
			(-50%)	(-25%)	(+25%)	(+50%)	
9,00%			4,50%	6,75%	11,25%	13,50%	
1ª Emissão de Debêntures	CDI + 2,70%	99.732	11.911	7.302	9.606	14.216	16.520

				Projeção Receita Financeiras - Um Ano			
Aplicações financeiras - Controladora	Indexador	Posição em 31/12/2023	Cenário Provável	Risco de redução		Risco de aumento	
				Cenário I	Cenário II	Cenário III	Cenário IV
				(-50%)	(-25%)	(+25%)	(+50%)
			9,00%	4,50%	6,75%	11,25%	13,50%
Equivalentes de caixa	CDI	476	43	21	32	54	64
<b>Total</b>			<b>43</b>	<b>21</b>	<b>32</b>	<b>54</b>	<b>64</b>

Aplicações financeiras - Consolidado	Indexador	Posição em 31/12/2023	Cenário Provável	Risco de redução		Risco de aumento	
				Cenário I	Cenário II	Cenário III	Cenário IV
				(-50%)	(-25%)	(+25%)	(+50%)
			9,00%	4,50%	6,75%	11,25%	13,50%
Equivalentes de caixa	CDI	476	43	21	32	54	64
Investimento de curto prazo	CDI	17.103	1.539	770	1.154	1.924	2.309
<b>Total</b>			<b>1.582</b>	<b>791</b>	<b>1.187</b>	<b>1.978</b>	<b>2.373</b>

### iv. Risco de regulação

As atividades da controlada da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia e sua controlada.

## 18. Cobertura de seguros

A controlada da Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. O quadro a seguir sumariza os riscos considerados e correspondentes valores da cobertura desses seguros em 31 de dezembro de 2023.

Risco objeto	Importância assegurada	Prêmio	Término da vigência
Risco de responsabilidade civil	10.000	12	30/06/2024
Risco de responsabilidade civil	50.000	1	28/08/2024
Responsabilidade operacional	23.016	31	30/06/2024
Seguro Garantia	300	30	16/08/2024
		<b>74</b>	

## 19. Benefícios a empregados

A controlada da Companhia oferece aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: assistência médica, vale transporte, auxílio alimentação, auxílio educação, plano de previdência privada que por sua vez propõe planos de complementação de aposentadoria, onde o plano de aposentadoria é de contribuição definida, sendo utilizado o regime financeiro de capitalização, no cálculo atuarial das reservas.

A tabela abaixo demonstra os valores dos benefícios concedidos aos empregados:

	<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
Remuneração direta	(1.089)	(1.338)
Auxílio alimentação	(141)	(138)
Assistência médica e seguro de vida	(189)	(156)
Auxílio educação	-	(1)
Previdência privada (contribuição definida)	(23)	(25)
Outros benefícios a empregados	68	(113)
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)	(87)	(146)
Previdência social (INSS)	(279)	(325)
<b>Total</b>	<b>(1.740)</b>	<b>(2.242)</b>

\* \* \*

Daniela Ribeiro Mendes  
Contadora - CRC 1SP199348/O-0

Marcelo P. Fernandes Costa  
Diretor Administrativo Financeiro